

A DEMOCRACIA NÃO ESTÁ SUSPENSA



Na sessão solene de comemoração do 25 de Abril, no Parlamento, o Presidente do PSD sublinhou que o regime democrático “mostrou ser capaz de responder com a legalidade constitucional, perante uma ameaça séria à nossa saúde coletiva”

Hospital de Braga, 17 de abril de 2020



pág. 7

PSD

EUROPA DEVE ACELERAR O DESENVOLVIMENTO DE UMA VACINA

Maria da Graça Carvalho instou, a comissária europeia Mariya Gabriel a “ir mais além” na coordenação da UE para o desenvolvimento de uma vacina contra a covid-19



pág. 8

PARLAMENTO

REABERTURA DA ECONOMIA DEVE FAZER-SE “SEM COMPROMETER A SAÚDE PÚBLICA”

O PSD defende um equilíbrio entre uma reabertura “controlada” da economia e as garantias para a saúde pública para a população



pág. 11

REGIONAIS

A PRIORIDADE É “COMBATER O VÍRUS” E A CRISE ECONÓMICA NOS AÇORES

Em entrevista à RTP/Açores, José Manuel Bolieiro reiterou colaboração com o executivo regional no combate à pandemia no arquipélago



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

(IN)DEPENDÊNCIA

Os media também estão a sofrer o impacto da paragem da economia e do confinamento social imposto pela pandemia. As receitas dos meios de comunicação social caíram a pique, por exemplo na ordem dos 50%, nos títulos desportivos e 75%, relativamente aos diários generalistas, fruto da descida das vendas dos jornais e, no caso dos órgãos audiovisuais – televisão e rádios – da redução da presença de anúncios nos espaços publicitários.

A covid-19 veio assim agravar uma crise estrutural, que afeta particularmente a imprensa escrita nacional, regional e local. Perante este cenário, o Ministério da Cultura decidiu comprar-lhes antecipadamente 15 milhões de euros, destinados a publicidade institucional.

Mas esta decisão é muito questionável, primeiro porque a questão económica é transversal e depois porque o Governo se limita a comprar "espaço mediático", servindo-se do dinheiro dos contribuintes. Recursos que não estão a chegar a setores críticos que integram a função essencial do Estado, onde se acumula dívida, como na Saúde, ou onde se esbarra demasiado na burocracia, por exemplo na Segurança Social, que para além de atrasada na comparticipação que lhe compete, autorizou apenas 61,7% dos mais de 62 mil pedidos de lay-off já analisados.

Por isso, se estranha que o Ministério da Cultura se limite a passar um cheque de 15 milhões de euros para garantir boas notícias. E que implemente a medida, de forma unilateral, à revelia da auscultação dos principais partidos com assento parlamentar. Pelo menos, o PSD não foi ouvido. O Governo foi, aliás, mais lesto que a Comissão Europeia, que ainda está a ponderar um fundo de emergência para apoiar os meios de comunicação social em toda a União Europeia.

Importa ainda ter em conta, que a existência de uma comunicação social livre, independente e plural é condição essencial para a consolidação da nossa democracia. É também, como muito bem retrataram os eurodeputados da comissão de Cultura, o "antídoto fundamental" para a pandemia da desinformação e das fake news. Bem sei no que deram subsídios do Município aos órgãos de comunicação social no meu burgo, a pretexto da aquisição institucional de publicidade. Notícias de sentido único, que nem asseguram o direito mais básico de informar – o contraditório.

Se realmente o Governo pretendia apoiar o setor, em contexto excepcional, deveria ser mais transparente na definição dos critérios do modelo de financiamento, da distribuição do montante a atribuir e sobretudo na garantia de o montante destinar-se efetivamente aos principais lesados desta crise dos meios de comunicação social, os profissionais dos jornais, rádios e televisões.

Existem medidas discriminatórias positivas, como a concessão de benefícios fiscais, a redução de impostos ou de taxas sobre conteúdos divulgados pelas plataformas digitais e das empresas de clipping, por exemplo, que poderiam ter sido ponderadas em vez da atribuição de verbas que desconhecemos com finalidade, a quem e em que condições vão chegar. Pelo menos ofereceriam maior objetividade do que uma medida avulsa de atribuir 15 milhões.

A suspeita, legítima, que fica é que o Governo poderá planear a presença de ministros, secretários de Estados e de assessores para venderem a sua propaganda nos órgãos de comunicação social, condicionando a opinião publicada, tudo num claro atropelo ao pluralismo e à liberdade de expressão, de uma democracia que acaba de celebrar 46 anos de liberdade.

É, aliás, uma ironia o País comemorar Abril, com o Governo a comprar espaço de antena de forma tão despudorada, uma espécie de Rendimento Mediático Garantido, à custa dos dinheiros públicos. Não será certamente a melhor forma de cumprir Abril.

Como bem lembrou Rui Rio, na sessão do 25 de Abril, "mais importante do que planear a presença de governantes nos jornais e nas televisões para publicitarem, a toda a hora, o que fizeram e o que não fizeram, é planear a resposta do País a uma eventual segunda onda da covid-19". Nem mais, nem menos.

Graça Fonseca não pode, abusivamente, e a pretexto de uma crise sanitária, atirar dinheiro para a comunicação social, para esconder a confrangedora gestão de um Ministério que sofre, desde o início, uma contestação sem precedentes por parte das principais estruturas de apoio às artes, cultura e indústria livreira. Ou até para omitir os negócios da alienação de terrenos do Centro de Produção do Norte da RTP ou o conflito de interesses do secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media.

Apoiar, em situações de crise, não pode significar só despejar dinheiro, neste caso aos mass media. Tem de ser muito mais que isso, desde logo o escrutínio do destino das verbas atribuídas e, acima de tudo, a criação de condições para que as empresas privadas não fiquem na dependência de comparticipações do Estado. A crise dos meios de comunicação social, infelizmente, é anterior e vai prolongar-se muito para lá desta pandemia.

A DEMOCRACIA

Na sessão solene de comemoração do 25 de Abril, no Parlamento, no sábado, Rui Rio começou por considerar que "a democracia não está suspensa". Embora Portugal se depare "com a liberdade condicionada", o regime democrático "mostrou ser capaz de responder com a legalidade constitucional, perante uma ameaça séria à nossa saúde coletiva". Rui Rio referia-se ao estado de emergência, declarado por causa da pandemia de covid-19, para sublinhar que a democracia está "bem presente, ao demonstrar que ela encerra, em si mesma, mecanismos de funcionamento capazes de responder com eficácia a uma circunstância única e absolutamente excepcional".

Rui Rio agradeceu "aos militares que há 46 anos nos trouxeram a liberdade e a democracia" e evocou todos os portugueses "que faleceram vitimados pela covid-19, em particular os que, pela crueldade das circunstâncias, não puderam ter um funeral de acordo com as nossas tradições e os nossos valores culturais".

O Presidente do PSD elogiou também os portugueses que "continuam a trabalhar para que a nossa economia não pare por completo e para que a todos nós não falem os bens de primeira necessidade", assim como saudou todos os profissionais dos serviços de saúde.

Para o líder do PSD, há um reconhecimento coletivo de que "Portugal vive um período muito difícil do ponto de vista sanitário". Nessa medida, é determinante que o Governo saiba preparar as famílias e as empresas para "uma segunda onda da pandemia daqui por poucos meses" e, sobretudo, não se repitam as falhas do passado recente. "As falhas que da primeira vez existiram não poderão ser repetidas. No próximo inverno teremos de ter uma maior capacidade de resposta do SNS, sob todos os pontos de vista. Teremos de ter mais equipamentos disponíveis e mais profissionais habilitados a usá-los. Teremos de ter testes em quantidade suficiente. Terá de haver proteção individual adequada para todos, a começar pelos profissionais de saúde que estão na linha da frente. E terá de haver, como já tive oportunidade de aqui alertar, informação e pedagogia adequada que, na ausência de medicamentos para a cura da infeção, apoie os portugueses no necessário reforço do seu sistema imunitário", disse.

Rui Rio insiste na "questão do planeamento logístico", assim como na proteção com especial cuidado dos lares de idosos. "Mais importante do que planear a presença de governantes nos jornais e nas televisões para publicitarem, a toda a hora, o que fizeram e o que não fizeram, é planear a resposta do País a uma eventual segunda onda da covid-19", referiu.

Sobre a situação económica, Rui Rio alerta para as consequências da longa paragem que a pandemia irá provocar. Pede, por isso, respostas coesas dos diversos Ministérios, para que corrijam "as falhas e injustiças que têm vindo a acontecer, de modo a que as empresas e os trabalhadores possam receber os seus apoios em tempo útil e oportuno".



A NÃO ESTÁ SUSPENSA



Rui Rio comentou ainda o discurso insistente do Partido Socialista e dos partidos da maioria parlamentar que apoiam o Governo, que asseguram “que, com eles, não haverá qualquer tipo de austeridade”. “É uma notícia que, seguramente, a todos agrada, mas tal otimismo não pode ser impeditivo de nos prepararmos para o pior cenário, pois, tal como o povo nos ensina, ‘mais vale prevenir do que remediar’”, observou.

A concluir a intervenção no 46.º aniversário da Revolução, o líder do PSD enalteceu “a unidade que a esmagadora maioria dos portugueses demonstrou na luta contra este inimigo comum”. “Haveremos de vencer, com a mesma coragem com que, ao tempo, dobramos o Cabo das Tormentas e com elas construímos a Esperança”, terminou.

PORTUGAL DEVE PREPARAR-SE PARA UMA SEGUNDA VAGA DA PANDEMIA

Rui Rio defende que Portugal tem de se preparar bem para evitar que “o pior” aconteça numa segunda vaga da covid-19. A economia, alerta o Presidente do PSD, “não aguenta” uma nova paragem como a atual.

Em declarações à imprensa no final da sessão solene do 25 de Abril, o líder do PSD reafirmou as preocupações expressas momentos antes, sobre os riscos de uma nova vaga da pandemia no próximo inverno. “Temos de preparar o Serviço Nacional de Saúde, as respostas económicas para que, se houver – esperemos que não haja – mas, se houver, para que o país não tenha de passar outra vez por este constrangimento brutal porque a economia não aguenta, não aguenta mesmo”, sublinhou.

Para Rui Rio, faz todo o sentido o ditado popular “mais vale prevenir do que remediar”, em vez de esperar por outro adágio do povo: “Depois da casa roubada, trancas à porta”. “Se nós tivermos em novembro a pandemia com a força com que estava em março, nós temos de ter o SNS a responder de uma forma mais eficaz, mais proteção

individual, temos de nos preparar para o pior. Depois, se não acontecer, bom, então houve um desperdício de recursos, mas mais vale prevenir do que remediar”, disse.

Sobre a questão da austeridade, o Presidente do PSD diz que “só quem não estiver bom da cabeça” é que pode gostar da austeridade.

Rui Rio elogiou ainda o discurso do Presidente da República, considerando que “cumpru integralmente” a função de manter “algum bom senso”, “acalmar e puxar à racionalidade” dos ânimos, mais exaltados devido à pandemia. “Gostei muito, mas mesmo muito do discurso do Presidente da República: foi didático, adequado ao momento que temos”, afirmou.



QUINZE MILHÕES DE EUROS PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Rui Rio discorda das ajudas financeiras do Governo para os órgãos de comunicação social. Por um lado, esta opção do Executivo é discriminatória e injusta, já que o Estado continua sem pagar as dívidas a outras empresas/fornecedores, por exemplo do setor da saúde; e, por outro, assinala o Presidente do PSD, é censurável e incorreta, na medida em que o Governo opta por comprar publicidade institucional que o próprio Estado gere.

Numa publicação através do Twitter, esta terça-feira, o Presidente coloca em causa o modelo de financiamento, sob a forma de "compra de publicidade" por parte do Estado. "Será justo o Governo dar 15 milhões às empresas de comunicação social quando não o faz às outras e quando a muitas delas (designadamente às da Saúde) nem sequer paga o que deve a tempo e horas? E será correto que o faça por compra de publicidade ao Estado que ele próprio gere?", interroga o líder do PSD.

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 17 de abril de 2020, a compra antecipada de espaço destinado a publicidade institucional no valor de 15 milhões de euros. Esses espaços serão adquiridos nas televisões, rádios e publicações periódicas e poderão ser usados por todos os organismos públicos durante os anos de 2020 e 2021.



**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

COVID-19 I O QUE ESTAMOS A FAZER PELAS NOSSAS TERRAS

ALENQUER

Os vereadores eleitos pelo PSD apresentam propostas para dar respostas robustas aos problemas locais, procurando identificar com precisão os prejuízos que mais precisam de ser contrariados. As recomendações social-democratas “atendem às necessidades imperativas do momento, na prevenção do contágio e no combate à doença. Por outro lado, pretendem proteger os rendimentos familiares e estimular a atividade económica e social, em particular reforçando a capacidade de os agentes se manterem ativos através da Internet”.

Neste momento de emergência em que vivemos, a primeira prioridade dos agentes públicos tem sido a contenção do contágio, ajudando a evitar uma concentração de casos que seria fatal para a capacidade de resposta dos serviços de saúde.

O PSD de Alenquer concorda com o plano de contingência da autarquia, que levou ao encerramento de serviços, desinfeção do espaço público e desenvolvimento de uma comunicação assertiva e pedagógica com a comunidade.

O PSD de Alenquer defende a revisão do orçamento municipal. Estimando-se que o município perca metade das receitas de IMT, derrama e taxas, em relação à previsão segundo a regra previsional, essa perda rondará os 2 milhões de euros. Por outro lado, a suspensão de muitas atividades e a redução de diversos gastos correntes deverá ultrapassar este montante, não ficando em causa o valor previsto para o investimento em 2020.

O PSD propõe a concretização de um conjunto de apoios sejam disponibilizados por um período de 6 meses (maio a outubro), esperando-se que alguns possam manter-se disponíveis por mais tempo. Serão apoios para aquisição de bens e serviços (300.000€); apoios a entidades (200.000€); kits de proteção individual (200.000€); apoios sociais, com um tarifário reduzido do serviço de águas e esgotos (1.300.000€); apoio alimentar na ordem dos 200.000€; do ensino à distância (400.000€); ao associativismo à distância (100.000€); e apoios económicos diversos (2.000.000.00€), que inclui ajudas para os transportes públicos.

ANADIA

O PSD de Anadia, consciente da sua responsabilidade para com os anadienses, apresentou dezasseis propostas que visam contribuir para uma atuação mais eficiente das autoridades municipais, tanto no combate à pandemia como no alívio de alguns dos efeitos económicos e sociais: a criação de um Gabinete Municipal de Crise; a disponibilização de forma regular aos anadienses toda a informação relevante;



a isenção dos operadores económicos do pagamento de taxas e licenças cuja criação e cobrança sejam da responsabilidade da Câmara Municipal; isentar do pagamento do consumo de água as famílias em dificuldades económicas; a comparticipação em parte do pagamento dos consumos de eletricidade e gás das famílias em dificuldades económicas por causa da pandemia; a avaliação da não cobrança do consumo de água e a taxa de resíduos sólidos urbanos aos estabelecimentos comerciais e industriais que tenham sido encerrados, total ou parcialmente, por determinação do Governo; a antecipação do pagamento da totalidade dos subsídios e apoios aos Bombeiros Voluntários, às IPSS e às demais associações, previstos para o ano de 2020; a preparação de espaços de retaguarda para receber doentes; o rastreio de todos aqueles que apresentam sintomas de estarem infetados com o vírus COVID-19 e que sejam devidamente referenciados pelos médicos de família ou pela linha de saúde 24; a definição de um programa de prepara-

ção para os exames nacionais dos estudantes que frequentam o 12.º ano, recorrendo a uma bolsa de explicadores, em complemento ao trabalho dos professores; desinfeção dos espaços públicos mais suscetíveis de contaminação; a sinalização em colaboração com os Presidentes de Junta, serviços de saúde e área social, os casos de famílias mais afetadas pela pandemia e que necessitam de ajuda imediata; a sinalização rapidamente dos casos de pessoas isoladas e dependentes que necessitam de apoio alimentar e medicamentoso no domicílio; a reafectação do dinheiro que a Câmara Municipal tinha orçamentado para a Feira da Vinha e do Vinho, Feira Medieval, Bolsa de Turismo de Lisboa e para os diversos espetáculos agendados para os meses de abril, maio e junho, que ascende a algumas centenas de milhares de euros; a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para os ceder gratuitamente a todos aqueles que trabalham em situação de risco de vida; e a articulação com os agentes funerários do concelho os procedimentos a observar nos funerais, seguindo as orientações das autoridades de saúde.

30 de abril de 2020 –21:00

Conferência online:

“O Futuro do Trabalho em Tempo de Pandemia”

Acompanhe através do Zoom em
<https://us02web.zoom.us/j/81453700493>

Carlos Silva
Sec. Geral UGT

António Saraiva
Presidente da CIP

Joaquim Sarmiento
Presidente do CEN
do PSD

TSD
Trabalhadores Social Democratas

Moderador
Pedro Roque
Sec. Geral TSD

AVEIRO

“Aveiro fica em casa” é o mote da campanha lançada pela autarquia para que os cidadãos procurem o mais possível permanecer na sua habitação durante o combate à pandemia.

A Câmara Municipal de Aveiro lançou, no dia 16 de abril, mais duas importantes operações de comunicação aos cidadãos relativas ao Combate à Pandemia Covid-19/Coronavírus, com a criação de um novo site (<https://www.cm-aveiro.pt/municipio/comunicacao/covid-19>), e a publicação de um vídeo, onde de forma rápida e simples se explica o novo “Programa de Ação de Apoio à Atividade Social e Económica da Câmara Municipal de Aveiro/Operação Anti Covid-19”, disponível em <https://bit.ly/CMAveiroPAAASE20>.

Nesta nova plataforma online, criada para dar resposta às questões e dúvidas dos Cidadãos de forma mais organizada e de fácil consulta, vai estar disponível toda a informação atualizada sobre o referido Programa Municipal, as



várias ações que a CMA tem em desenvolvimento e um espaço onde é possível perceber como contactar a nova frente dos Serviços Municipais para a gestão desta “Operação Covid-19”.

Este novo “microsite” vai também divulgar e ter informação detalhada sobre a Fase 2 e a Fase 3 do “Programa de Ação de Apoio à Atividade Social e Económica da Câmara Municipal de Aveiro/Operação Anti Covid-19, além de disponibilizar os contactos do Gabinete de Atendimento e Apoio Covid-19 da CMA, que será ativado até ao final do presente mês de abril 2020.

No combate à covid-19, em que estamos todos envolvidos, o apoio às Instituições que têm Lares e Serviços de Apoio Domiciliário em cuidado dos Nossos Idosos, assim como o apoio às duas Corporações de Bombeiros do Município, reveste-se de importância prioritária para a Câmara Municipal de Aveiro. A autarquia procedeu à entrega de cerca de 30.000 unidades de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e 1.200 litros de gel desinfetante nas vinte e seis Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS). Entre os EPI entregues encontram-se máscaras cirúrgicas (8.700 unidades), máscaras FFP2 (1.750 unidades), luvas (15.000 pares), fatos (800 unidades), toucas (1.145 unidades), protetores de sapatos (800 unidades), óculos (200 unidades), viseiras (500 unidades) e aventais (1.150 unidades). Um investimento que corresponde, só nesta área da operação anti-covid19, a cerca de 150.000 euros.

Uma das medidas mais recentes foi o empréstimo de 420 computadores portáteis, 420 auriculares e com a ativação de 200 acessos à internet, para alunos de famílias carenciadas identificadas em parceria com os sete Agrupamentos de Escolas do Município de Aveiro. Destes 420 computadores, 220 tinham sido já adquiridos pela autarquia para as escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico no âmbito da Ação UBBU, do Programa Aveiro STEAM City, financiado pela Iniciativa da Comissão Europeia UIA/Urban Innovative Action, e são agora colocados ao dispor dos alunos.

BRAGA

Braga foi uma das primeiras cidades portuguesas a avançar com medidas, em vários casos antes mesmo do Governo. A resposta do município tem sido desenvolvida em quatro vertentes, nomeadamente com iniciativas de contenção da propagação do vírus, medidas de apoio à Saúde, respostas sociais e políticas de desenvolvimento e apoio à atividade económica.

O Município de Braga ativou, em linha com as recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS), o Plano de Contingência Municipal Covid-19. Este documento tem em conta a implementação do Plano Nacional de Preparação e Resposta à Doença por novo coronavírus.

Com vista ao apoio imediato à sustentabilidade das empresas e à conservação dos postos de trabalho, o Município de Braga e a InvestBraga criaram um grupo de resposta destinado ao apoio às empresas na obtenção de todos os esclarecimentos necessários para agirem neste período.

Denominado Programa de Apoio ao Comércio e Outro Tipo de Empresas (P.A.C.O.T.E.), permitirá a todas as empresas obter as informações necessárias e os esclarecimentos com vista a adaptarem a sua actividade a esta nova realidade, bem como adoptar as novas medidas lançadas e publicadas pelos diversos diplomas e entidades legisladoras - seja em matéria jurídica, fiscal ou laboral, procurando ainda salvaguardar o seu negócio e o emprego dos seus trabalhadores.

O grupo de trabalho estará disponível, de forma gratuita, para procurar esclarecer todas as dúvidas e prestar todas as informações às empresas, empresários, empreendedores e demais intervenientes do ecossistema empresarial de Braga, com vista à adaptação da sua atividade económica e preparação para a fase pós- crise.

Até 21 de abril, tinham sido testados mais de 1.800 utentes e profissionais de 32 instituições do concelho, na sua esmagadora maioria através do programa de rastreio promovido pelo Município.

VILA NOVA DE GAIA

O PSD de Vila Nova de Gaia tem centralizado a sua iniciativa política, através dos vereadores da Câmara Municipal, que propuseram mais de 30 medidas de contenção e apoio às autoridades sanitárias, de apoio e coesão social, de apoio às famílias e de estímulo à economia e de impacto no orçamento municipal e financiamento das medidas de apoio.

A Secção do PSD de Gaia defende medidas de contenção e apoio às autoridades sanitárias: a realização de testes gratuitos a utentes e funcionários de lares residenciais, públicos ou privados, IPSS e a profissionais de saúde, no âmbito dos protocolos a celebrar, com os dois centros de rastreio e diagnóstico Covid-19 instalados no concelho; a desinfeção dos lares e IPSS do Concelho; disponibilização de um kit de proteção individual básico, com máscara e gel desinfetante individual, para funcionários da Câmara e das empresas

municipais; a avaliação da necessidade de preparar espaços de retaguarda para receber doentes de covid-19; e a distribuição de máscaras de forma massificada à população em geral.

No domínio da coesão social, o PSD defende o alargamento do período da concessão do desconto de 50% para os bombeiros voluntários, sapadores, forças de segurança, bem como pessoal em serviço no Hospital de Gaia e Centros de Saúde, bem como do pagamento faseado das faturas, para clientes que comprovem a quebra de rendimentos, pelo menos até ao próximo mês de junho; o desconto de 50% no consumo de água aos profissionais de saúde e outros profissionais em risco, também aos funcionários de lares residenciais, públicos ou privados e IPSS; a antecipação da celebração de protocolos e o pagamento da totalidade dos subsídios e apoios aos Bombeiros Voluntários, às IPSS e às demais associações culturais recreativas e desportivas; atribuição de uma participação suplementar às Juntas de Freguesia, por forma a compensar os serviços de proximidade, nomeadamente o apoio domiciliário; e o fornecimento de equipamento informático e acesso gratuito à internet aos estudantes do ensino básico e secundário, que já se encontram identificados nas escolas, nomeadamente de agregados familiares mais carenciados.

No âmbito do apoio à economia, em vez de medidas pontuais, a Câmara Municipal já deveria ter avançado com um plano integrado para o tecido empresarial do concelho, sempre na ótica da manutenção dos postos de trabalho, através da criação de um Gabinete de Apoio Empresarial, com uma equipa multidisciplinar, que integrasse para além do Município, a INOVAGAIA, a ACIGAIA, e até as Juntas de Freguesia e as forças políticas do concelho; a criação de uma Linha de Emergência Empresarial, destinada à consulta e aconselhamento das pequenas e microempresas, sobre a agilização de procedimentos e condições de acesso a linhas de crédito e outros apoios do Estado; incentivos à criação de emprego, atribuindo uma participação financeira durante dois meses – abril e maio ou maio e junho – às micro empresas que apresentem uma quebra de faturação igual ou superior a 40%, face ao período homólogo do ano anterior; a alocação de imediato, a esta participação, o montante de 6 milhões de euros, para assegurar a gestão corrente de quase 1.000 microempresas e a manutenção de praticamente 5.000 postos de trabalho, no período mais crítico do impacto negativo na economia do País; redução em 25% do IMI dos imóveis afetos à atividade empresarial; e a redução da taxa de IMI para 2020, também a título excecional, em 20% para minimizar a quebra de rendimentos nos orçamentos familiares.

EUROPA DEVE ACELERAR O DESENVOLVIMENTO DE UMA VACINA

Maria da Graça Carvalho, eurodeputada do PSD, instou, dia 24, a comissária europeia para a Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude, Mariya Gabriel, a “ir mais além” na coordenação do esforço europeu para o desenvolvimento de uma vacina contra a covid-19.

Lembrando “a escala do impacto do coronavírus na saúde e na economia”, Maria da Graça Carvalho questionou a comissária especificamente sobre os passos que estão a ser dados no âmbito do “Innovative Medicine Initiative Joint Undertaking”, bem como da indústria farmacêutica representada nessa iniciativa. E apontou a potencial importância de outras parcerias público-privadas, como a European & Developing Countries Clinical Trials Partnership (EDCTP), com comprovada “experiência em investigação clínica para acelerar o desenvolvimento de vacinas e diagnósticos” contra outras doenças, como “a tuberculose e a malária”.

Até agora foram recebidas “140 propostas” de diferentes entidades, em fase de análise. A comissária admitiu “não estar inteiramente satisfeita” com os progressos até agora registados, mas considerou importante estar em curso uma estratégia clara para a covid-19, orientada para três grandes metas: “Vacina, tratamento e testes de diagnóstico”.

Estas questões foram colocadas numa reunião da Comissão ITRE – Indústria, Investigação e Energia, na qual participou também o Comissário Europeu para o Mercado Interno, Thierry Breton.

Elogiando os esforços da Comissão, Maria da Graça Carvalho exorta também o comissário a dar “exemplos concretos da forma como esta estratégia irá funcionar, em particular no que respeita às pequenas e médias empresas”, com o comissário a considerar que a prioridade para a Indústria é “o financiamento direto [subvenções]”, considerando os empréstimos uma opção para uma fase posterior.



DEZ MEDIDAS PARA RELANÇAR O TURISMO

Cláudia Monteiro de Aguiar, eurodeputada do PSD, enviou, no sábado, 25 de abril, uma carta ao ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital com dez medidas para relançar o turismo. Intitulada “Colocar o turismo na agenda da União (Europeia) está hoje nas mãos de Portugal! Porque o turismo é feito de e para pessoas”, esta missiva surge numa altura em que os ministros do Turismo europeus se reúnem esta segunda-feira para analisar o setor.

“A necessidade de encontrarem uma solução comum de carácter urgente exige que os Estados-Membros pressionem a Comissão Europeia a adotar um conjunto de medidas que disponibilizem financiamento a médio-prazo para as empresas ligadas direta e indiretamente ao Turismo. É urgente uma linha do orçamento da União para o turismo”, afirma a deputada do PSD ao Parlamento Europeu.

Cláudia Monteiro de Aguiar sublinha que, “infelizmente, esta pandemia permitiu expor inúmeras fragilidades do setor, bem como a falta de resposta europeia coordenada em matéria de boas práticas, linhas de orientação ou apoio direto a empresas em momento de crise a 27”.

Como medidas de apoio a curto prazo, a eurodeputada madeirense propõe a criação de selo europeu de certificação de qualidade sanitária e de orientações para os Estados Membros, de forma a transmitir confiança ao consumidor (turista), assim como a definição de um plano de repatriamento de turistas em caso de novo surto.

Propõe também a clarificação em matéria de direitos dos passageiros e das viagens organizadas (clarificação de reembolsos e vouchers) e o apoio financeiro direto aos Estados-membros mais afetados com base no critério do impacto do turismo no Produto Interno Bruto (PIB), para apoiar, entre outros, as medidas de segurança sanitária nos transportes e turismo.

No pacote de medidas a curto prazo consta ainda apoios à manutenção de rotas menos atrativas, em especial com os Açores e Madeira, e a colocação em prática de um Observatório ao nível da União Europeia para análise de dados que permita calcular a dimensão dos danos, as tendências e evolução de mercado que sirva de suporte às decisões.

Recentrar o financiamento de campanhas promocionais do destino Europa para o mercado interno é outra das medidas propostas na carta aberta.

Quanto às medidas de apoio a médio/longo prazo, é proposto que seja garantido que o novo Quadro Financeiro Plurianual (2021-2027) contemple uma linha de orçamento para o turismo, tal como aprovada há vários anos pelo Parlamento Europeu, e que haja o estabelecimento de um mecanismo permanente de gestão de crises na UE, tal como proposta do Parlamento Europeu.



É ainda sugerido a elaboração da Estratégia Europeia para o Turismo (a cinco anos).

Na reunião de ministros do Turismo europeus, refere a carta aberta, cada Estado-membro terá “oportunidade vital” de levar um conjunto de propostas, mas também de reivindicações que pressionem a Comissão Europeia a adotar e disponibilizar financiamento no imediato, para as empresas que compõem a indústria de Viagens e Turismo.

“Este conjunto de medidas, foram já apresentadas no Parlamento Europeu ao Comissário responsável pelo setor. Obviamente que Portugal terá de contar com os apoios da Europa, vamos mesmo precisar, não tenhamos dúvida. Precisamos garantir sobrevivência das Empresas de Turismo e Viagens a curtíssimo prazo, mas preparar no médio prazo a recuperação económica e social de Portugal e de toda a Europa. O turismo é feito de e para pessoas, esse desígnio tem de estar sempre presente nas nossas políticas”, explica a eurodeputada.

A carta aberta recorda que, no início de março, o PSD exigiu a criação de um plano de recuperação para o setor, o estabelecimento de um mecanismo europeu de gestão de crises, fundos de compensação para as Estados Membros/Regiões mais afetados e mais dependentes do turismo, flexibilização das ajudas de Estado, apoio direto ao emprego, apoio na repatriação dos cidadãos europeus dentro e fora da União.

Lembra ainda que, em abril, o PSD insistiu que a Comissão Europeia clarificasse e atualizasse a questão dos “vouchers” dentro do Regulamento do Direito dos Passageiros e na Diretiva das Viagens Organizadas.

“Como é do conhecimento (...), na União Europeia as perdas de receitas para os hotéis e restaurantes situam-se nos 50%, para os operadores turísticos e agências de viagens nos 70% e para os cruzeiros e companhias aéreas nos 90%”, indica a carta aberta.

Na carta aberta aos membros do Governo, é ainda realçado que Portugal é o terceiro país europeu com maior dependência do turismo e viagens, onde o peso, por via direta e indireta, no PIB, é de 16,5 %. Em 2019, o setor empregou aproximadamente 1 milhão de pessoas, ou seja, 18,6% do total de emprego do nosso País. Só em 2019, o setor representou 23,5% do total de exportações, ou seja, 22 mil milhões de euros.

Sete medidas de apoio a curto prazo:

Criação de selo europeu de certificação de qualidade sanitária e de orientações para os Estados Membros, de forma a transmitir confiança ao consumidor (turista);

Definição de um plano de repatriamento de turistas em caso de novo surto;

Clarificação em matéria de direitos dos passageiros e das viagens organizadas (clarificação de reembolsos e vouchers);

Apoio financeiro direto aos Estados-Membros mais afetados com base no critério do impacto do Turismo no PIB, para apoiar entre outros as medidas de segurança sanitária nos transportes e turismo;

Apoios à manutenção de rotas menos atrativas, em especial com os Açores e Madeira;

Colocar em prática um Observatório ao nível da União para análise de dados que permita calcular a dimensão dos danos, as tendências e evolução de mercado que sirva de suporte às decisões;

Recentrar o financiamento de campanhas promocionais do destino Europa para o mercado interno.

Três medidas de apoio a médio/longo prazo:

Garantir que o novo Quadro Financeiro Plurianual (2021-2027) contemple uma linha de orçamento para o Turismo, tal como aprovada há vários anos pelo Parlamento Europeu;

Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Gestão de Crises na União, tal como a proposta do Parlamento Europeu;

Elaboração da Estratégia Europeia para o Turismo (a cinco anos).

REABERTURA DA ECONOMIA DEVE FAZER-SE “SEM COMPROMETER A SAÚDE PÚBLICA”

O PSD defende um equilíbrio entre uma reabertura “controlada” da economia e as garantias para a saúde pública, que devem fundamentar-se nas posições dos cientistas. No final de uma reunião com especialistas no Infarmed, dia 28, sobre o levantamento gradual das restrições em curso, esta terça-feira, Ricardo Baptista Leite alertou que “o vírus ainda está presente na comunidade” e “o surto não está controlado”.

Numa primeira fase, conclui o deputado, “ficou claro” que “o cumprimento muito rigoroso pelos portugueses” permitiu “aplanar o número de novos casos e reduzir o impacto para o SNS”. No entanto, “é fundamental que os portugueses percebam que, quando se levantarem as medidas de confinamento, não vamos voltar ao mundo como o conhecíamos antes e vamos ver o aumento do número de casos, é uma inevitabilidade que foi aqui claramente demonstrada”, adverte o deputado.

Ricardo Baptista Leite defende que o fundamental é que esse desconfinamento seja feito “de forma controlada”, de forma a garantir que “o Serviço Nacional de Saúde consegue manter a sua resposta num equilíbrio com a economia”, cuja abertura também é necessária. “É esse equilíbrio que precisamos de discutir com o Governo. O PSD mantém o seu espírito colaborativo para, a partir da Assembleia da República, encontrar todas as soluções legais, juntamente com o Governo, para garantir que Portugal e os portugueses tenham a melhor resposta possível à covid-19”, assinalou.

O deputado diz que compete ao Presidente da República, em concertação com o Governo, decidir sobre o levantamento do estado de emergência, pelo que o “PSD irá aguardar pela reunião com o Governo para compreender os mecanismos legais previstos para garantir que o cabal controlo deste surto seja assegurado”.

Ricardo Baptista Leite revelou que, na reunião com os epidemiologistas, foi transmitido que o número de pessoas que cada doente infeta (o chamado índice R0) continua superior a um, quer na zona de Lisboa (onde é de 1,18), quer no Norte (1,01). “Significa isto que o vírus ainda está presente na comunidade e foi dito pelos especialistas que o surto não está ainda controlado”, disse. Além disso, ressaltou, registou-se uma redução no número de óbitos e dos internamentos, incluindo em cuidados intensivos. “O PSD considera que todos estes dados devem ser tomados em conta: queremos que haja um levantamento o mais célere possível a bem não só economia, mas também do bem-estar social, mas que possa ser feito de forma equilibrada, sem comprometer a saúde pública dos portugueses”, sintetizou.

Antes de prestar declarações, Ricardo Baptista Leite fez questão de expressar, a título pessoal, um apelo aos portugueses para que “mantenham a contenção” neste regresso à sociedade. “Temos verificado que há cada vez mais pessoas na rua, peço-lhes por favor que utilizem máscara, sempre que estiverem na presença de outros, que mantenham o distanciamento físico. Será crítico para que a segunda vaga desta infeção não seja maior do que aquela que podemos comportar como país”, disse.



Na reunião do Infarmed de mais de três horas, a quinta desde o início da pandemia, Rui Rio, Presidente do PSD e conselheiro de Estado, participou através de videoconferência. Salvador Malheiro, vice-Presidente do PSD e autarca de Ovar esteve também em representação do PSD neste encontro sobre a “Situação epidemiológica da covid-19 em Portugal”.

IVA DAS MÁSCARAS E DOS DESINFETANTES DESCEU POR INSISTÊNCIA DO PSD



Uma semana depois do repto do Presidente do PSD, para que o Governo baixasse a taxa de IVA sobre as máscaras de proteção individual e os produtos desinfetantes, o Primeiro-Ministro confirmou que a medida iria ser aprovada em Conselho de Ministros.

Álvaro Almeida questionou, dia 22, o Governo sobre essa solução defendida pelo Presidente do PSD, no dia 16 de abril no Parlamento. “As sugestões do PSD não caíram em saco roto e vão ser adotadas para benefício dos portugueses”, saudou.

No debate quinzenal, o deputado do PSD começou por sublinhar que Portugal atravessa “uma crise económica sem paralelo”, e por essa razão, a retoma tem de passar por um reforço de confiança. “Um programa de retoma económica tem de tratar primeiro do lado da procura, criando condições [sanitárias] para que haja confiança para usar os serviços normais”, referiu.

Álvaro Almeida lembra que “a crise não desaparece com as medidas de contenção”, antes implica medidas de proteção da população. O deputado insiste que só com confiança será possível vencer “o medo” e permitir um regresso gradual da rotina das pessoas.

Ainda no capítulo das questões económicas inerentes à crise pandémica, o deputado do PSD, que é coordenador da Comissão de Saúde, interrogou o Governo sobre se prevê criar “um selo de garantia sanitária para a hotelaria e a restauração”. Uma proposta que o deputado entende como importante “para proteger o setor do turismo”.

Por fim, Álvaro Almeida interrogou o Primeiro-Ministro sobre o alargamento das moratórias de crédito e o adiamento do pagamento de impostos, “para lá dos seis meses”, para “os setores em que a recuperação é mas lenta, porque estão dependentes da procura desses serviços” (hotelaria e alojamento/restauração).

AUTORIDADES DESCONHECEM QUANTOS HOSTELS SERVEM DE ALOJAMENTO DE IMIGRANTES

O PSD está preocupado com o “pingue-pongue” de passagem de responsabilidades públicas sobre as condições de alojamento dos requerentes de asilo. Recorde-se que a evacuação de um hostel na freguesia de Arroios, em Lisboa, onde residiam cerca de duas centenas de migrantes, veio despoletar uma realidade que, para o PSD, “configura uma grave situação de saúde pública e que pôs a descoberto as condições precárias em que estas pessoas foram acolhidas”. Por este motivo, os deputados do PSD entregaram, esta quinta-feira, um requerimento para ouvir o ministro da Administração Interna, enquanto coordenador da Estrutura de Monitorização do Estado de Emergência, na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias do Parlamento.

“Perante as informações contraditórias entre si – as declarações do MAI que ‘desconhece a existência de denúncias sobre as condições de alojamento dos requerentes de asilo’, as declarações do Conselho Português para os Refugiados (CPR), e de outras entidades – chegamos à conclusão que as autoridades responsáveis não sabem ao certo quantos hostels e pensões estão a ser usados para alojamento temporário de imigrantes e refugiados, e em que condições vivem essas pessoas”, referem os deputados.

O PSD sublinha que, segundo o Conselho Português para os Refugiados, entidade responsável pela colocação de refugiados, há cerca de 800 requerentes de asilo em pensões, quartos arrendados e apartamentos e que não sendo a situação “ideal em termos de acolhimento, tendo em conta o aumento dos pedidos desde há uns anos e a demora na transição dos requerimentos, foi a forma encontrada” para ultrapassar a sobrelotação dos centros de acolhimento oficiais.

Por outro lado, o MAI refuta responsabilidades, embora recaia sobre a tutela a “função de pagamento” das despesas de acolhimento dos migrantes.

Por sua vez, a Presidente da Junta de Freguesia de Arroios declarou à imprensa que já alertou há bastante tempo a ASAE e o SEF para a situação da precariedade dos alojamentos, sem fiscalização, onde os migrantes se “amontoam”.

Finalmente, a Câmara de Lisboa, através do seu vereador dos Direitos Sociais, afirma que



desconhece quantas pensões e residenciais estão a ser usadas para acolhimento de migrantes e em que condições.

“A situação que ocorreu no passado domingo deu a conhecer a situação precária em que se encontram um grande número de refugiados acolhidos pelo nosso País, em alojamentos que não cumprem as regras básicas de saúde pública, em especial considerando a situação atual de pandemia”, salienta o PSD.

Os deputados social-democratas querem “apurar em quantos mais hostels ou pensões estão alojados mais migrantes, em que condições, se já foi feita alguma monitorização dessas situações e que medidas é que se tomaram para prevenir os riscos de saúde pública inerentes”.

REGIME EXCEPCIONAL DE ARRENDAMENTO DIFICULTA APOIO AOS SENHORIOS

O PSD pede explicações ao Governo sobre a situação dos senhorios decorrente do regime excecional para o arrendamento criado devido à pandemia de covid-19, considerando que, em certos casos, “frustra as expectativas” dos proprietários.

Numa pergunta dirigida ao ministro das Infraestruturas e da Habitação, esta sexta-feira, os deputados do PSD recordam que foi criado um regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda nos contratos de arrendamento, que pressupõe a demonstração da quebra de rendimentos e a concessão de empréstimos pelo Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). “As condições impostas, nomeadamente aos senhorios, para que possam beneficiar de um empréstimo do IHRU, dificultam o acesso dos senhorios ao referido apoio financeiro e frustram as expectativas dos mesmos”, apontam.

O PSD alerta ainda que “a penalização pela mora no reembolso [ao IHRU] só existe no caso de atraso no pagamento pelos senhorios beneficiários e não pelos arrendatários”.

Nesta iniciativa, os parlamentares sociais-democratas questionam o Governo se os senhorios cujos arrendatários vejam negados os pedidos de empréstimos que fizeram ao IHRU “podem requerer o benefício do apoio financeiro a este Instituto” e como podem agir “quando os seus arrendatários não lhes comunicaram a impossibilidade de pagamento das rendas e não recorreram ao apoio do IHRU”. “A obrigação imposta aos senhorios de devolução ao IHRU das quantias mutuadas não pressupõe o pagamento das rendas pelos arrendatários? Quais são os critérios para a aplicação das medidas ao dispor das entidades públicas



para isentar, reduzir ou estabelecer moratórias e quais as situações em que as entidades públicas as irão aplicar?”, perguntam ainda.

De acordo com a legislação aprovada (lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril), no caso de arrendatário cujos rendimentos resultem de trabalho dependente, a quebra de rendimentos tem de ser comprovada por recibos de vencimento ou por declaração da entidade patronal.

Também beneficiam do regime excecional de mora o senhorio de arrendatários habitacionais, quando a quebra no rendimento mensal dos membros do seu agregado familiar decorra do não pagamento de rendas pelos seus arrendatários, e o rendimento disponível restante desse agregado desça abaixo do valor do indexante dos apoios sociais (IAS).

O PSD PERGUNTA:

Os senhorios, cujos arrendatários vejam negados os pedidos de empréstimos que fizeram ao IHRU, I.P., podem requerer o benefício do apoio financeiro a este Instituto?

Como podem os senhorios agir quando os seus arrendatários não lhes comunicaram a impossibilidade de pagamento das rendas e não recorreram ao apoio do IHRU, I.P.?

A obrigação imposta aos senhorios de devolução ao IHRU, I.P., das quantias mutuadas não pressupõe o pagamento das rendas pelos arrendatários?

Quais são os critérios para a aplicação das medidas ao dispor das entidades públicas para isentar, reduzir ou estabelecer moratórias e quais as situações em que as entidades públicas as irão aplicar?

AS FORÇAS ARMADAS ESTÃO A CUMPRIR A SUA MISSÃO

Ana Miguel dos Santos, deputada do PSD, congratula-se com “o excelente trabalho” dos três ramos das Forças Armadas no combate à crise sanitária que Portugal atravessa. “Sempre defendemos o papel fundamental que as Forças Armadas devem desempenhar no combate à pandemia de covid-19. (...) As Forças Armadas são o único agente de proteção civil que tem as valências multidisciplinares e que consegue responder a todos os desafios”, afirmou.

Na audição na comissão parlamentar de Defesa, na Assembleia da República, ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), dia 21, a deputada saudou a operação que envolve a participação de 80 equipas de militares (60 do Exército e 20 da Marinha) em ações de desinfeção em 800 escolas do ensino secundário, assim como na formação de professores e funcionários e sensibilização junto dos alunos dos 11.º e 12.º ano.

Ana Miguel dos Santos considera que “as Forças Armadas não podem ser um dispensador de material (...) e estão desempenhar a função que lhes está no ADN”.



AGENTES DA PSP ESTÃO A PAGAR MÁSCARAS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Na sequência de denúncias dos sindicatos da PSP, que alegam que os agentes desta força de segurança estão a pagar “do seu bolso as máscaras de proteção individual que utilizam no cumprimento das suas missões”, o PSD acaba de pedir esclarecimentos ao ministro da Administração Interna.

Os deputados do PSD querem saber se “foram dadas orientações superiores para os profissionais da PSP adquirirem a suas expensas as máscaras de proteção individual”. “Cada agente terá recebido uma viseira tendo sido determinado superiormente que esta deve ser ‘equipamento de uso obrigatório e constante pelos polícias’. No entanto, quanto às máscaras cirúrgicas, de acordo com o email da Direção Nacional da PSP, enviado aos agentes e divulgado publicamente, estas podem ser utilizadas, mas terão de ser adquiridas pelos próprios polícias”, refere o PSD.



Os deputados sociais-democratas pedem ao ministro da tutela que confirme se, de facto, “foram dadas orientações superiores para os profissionais da PSP adquirirem a suas expensas as máscaras de proteção individual” contra a covid-19. “Está, ou não, garantida a aquisição e distribuição em número suficiente de todos os equipamentos de proteção individual, necessários e adequados, às forças de segurança e demais serviços de primeira linha, sob a sua tutela?”, interrogam ainda.

Os deputados do PSD sublinham que, estando os polícias mais expostos do que a população geral a contrair a doença, “não é compreensível que os equipamentos de proteção individual, designadamente as máscaras tenham de ser adquiridas pelos próprios profissionais e não sejam disponibilizadas pela instituição”.

Além disso, alerta o PSD, “a situação epidemiológica na PSP atualmente já é grave, tendo sido divulgado que até ao dia 17 de abril, 136 profissionais tiveram um resultado positivo no teste à covid-19”.

Apesar de esta situação ser inédita no contexto de pandemia, agentes da PSP chegaram no passado a suportar as despesas do fardamento no exercício da sua missão diária de manutenção da ordem, segurança e tranquilidade pública.

A PRIORIDADE É “COMBATER O VÍRUS” E A CRISE ECONÓMICA NOS AÇORES

Em entrevista à RTP/Açores, dia 27, José Manuel Bolieiro, reiterou colaboração com o executivo regional no combate à pandemia: “Não observamos apenas o problema, queremos ser parte da solução”, afirmou.

O presidente do PSD/Açores concorda igualmente com as medidas tomadas pelo Governo da República, como a suspensão de voos, quer internos quer internacionais (para o Canadá e os Estados Unidos), como forma de proteger a população do arquipélago.

No plano económico, José Manuel Bolieiro recordou que o PSD/Açores apresentou na Assembleia Regional um plano global para a retoma progressiva da atividade económica, que visa minimizar as consequências para as famílias e as empresas. O PSD apresentou ainda um projeto de resolução de apoio aos trabalhadores em “lay-off” e defende uma revisão orçamental, para permitir o reforço de verbas do Serviço Regional de Saúde.

José Manuel Bolieiro diz que “ainda é cedo” para se pensar num eventual adiamento da Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, prevista para o outono deste ano, sublinhando que a prioridade deve ser o combate à pandemia de covid-19. Apenas num momento posterior ao levantamento do estado de emergência no País e atendendo ao “evoluir da situação pandémica”, o PSD/Açores irá fazer uma reflexão sobre esse tema. “A prioridade máxima deve ser concentrar no problema que estamos a viver e esta crise, e não em processos eleitorais. O nosso foco hoje deve ser, sobretudo, combater o vírus e as consequências na economia”, destacou.

José Manuel Bolieiro manifestou “solidariedade às famílias enlutadas” e elogiou o trabalho dos “profissionais de saúde que se dedicam de corpo e alma a todos que a eles recorrem”, forças de segurança, bombeiros, proteção civil, autarquias e instituições de solidariedade social no combate à pandemia que também está a afetar o arquipélago dos Açores.

“FALTA DE COORDENAÇÃO” NA GESTÃO DE EX-RECLUSOS

José Manuel Bolieiro considera que houve “falta de coordenação” na gestão dos ex-reclusos que saíram dos estabelecimentos prisionais sem terem feito testes à covid-19. “Quando havia já, no plano nacional, toda a gente informada sobre a libertação de reclusos, a primeira coisa a ter sido feita era, obviamente, coordenar e preparar essa libertação e controlar, sob o ponto de vista dos riscos pandémicos e de contágio. Ora, nada disso foi feito”, lamentou o dirigente social-democrata, numa declaração à comunicação social, transmitida via Internet, dia 22.

José Manuel Bolieiro referia-se ao caso de dois ex-reclusos do estabelecimento prisional de Angra do Heroísmo, que foram libertados na passada semana e viajaram até à ilha de São Miguel, onde residiam, e só mais tarde a Autoridade de Saúde Regional veio a descobrir que ambos tinham contraído covid-19.

“Estes últimos acontecimentos, anunciados e reconhecidos pela Autoridade de Saúde Regional, geram preocupação geral e ao PSD, porque demonstram dificuldade de coordenação, que fazem quebra da importante confiança que todos queremos ter no que a Autoridade de Saúde faz e diz”, insistiu o líder dos sociais-democratas açorianos.

E prosseguiu: “Esperamos agora que a secretária regional da Saúde, de acordo com o requerimento do PSD, vá ao parlamento esclarecer estes factos”.

De todo o modo, acrescentou, “não é tempo de pedir responsabilidades ou a cabeça a nenhum dirigente político”.



José Manuel Bolieiro entende também que é necessário reforçar a capacidade do laboratório do Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, devido à “demora” que se tem verificado na obtenção dos resultados dos testes efetuados aos cidadãos suspeitos de contaminação pelo novo coronavírus.

“O laboratório do Hospital de Ponta Delgada necessita, urgentemente, de mais recursos humanos e técnicos, para dar resposta às necessidades de São Miguel, ilha que tem, neste momento, mais de dois terços dos casos positivos nos Açores. Isto é, dois em cada três [casos], nos Açores, são em São Miguel”, frisou o dirigente social-democrata.

PLANO DE ASSISTÊNCIA A DOENTES COM OUTRAS PATOLOGIAS NOS AÇORES

O PSD/Açores propôs a criação urgente de um plano de assistência a doentes com outras patologias que não a covid-19, apontando para “a suspensão das cirurgias e da atividade assistencial” programada devido à pandemia.

A proposta consta de um projeto de resolução entregue na Assembleia Legislativa dos Açores, onde os sociais-democratas propõem ao Governo Regional do PS que elabore, “de forma urgente, um plano de recuperação da atividade assistencial na área da saúde, que tenha em conta também a monitorização clínica dos doentes efetuada durante o período da pandemia”.

“O combate à covid-19 é a prioridade atual, com relevância na organização e reestruturação de todas as instituições envolvidas. Apesar desta prioridade, não poderão ser menosprezadas outras patologias que até então estiveram acauteladas”, sublinha a iniciativa legislativa, apresentada em nota de imprensa do PSD/Açores.

A estrutura açoriana do PSD, liderada por José Manuel Bolieiro, salienta que “há números para além dos da pandemia”, salientando ainda que “todas as outras doenças que matam não deixaram de existir”.

Para o PSD/Açores, “o Governo Regional deve promover o levantamento e elaboração de uma listagem de todos os casos prioritários e programados na região, de cirurgias, consultas e exames complementares de diagnóstico e terapêutica, que foram adiados devido à covid-19”.

O PSD/Açores teme ainda que possam “estar a ser adiados diagnósticos que, ao serem realizados tardiamente, se vão tornar em situações potencialmente mais graves, com impacto direto na saúde dos utentes”.

No projeto de resolução entregue no parlamento açoriano, os sociais-democratas propõem também que o executivo regional “mantenha o programa de recuperação de listas de espera cirúrgicas, que deve ser extensivo, mediante programas de recuperação próprios, à realização de consultas e de exames complementares de diagnóstico e terapêutica”.

POVO LIVRE

Director: Luis Alvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Encontro Nacional Autárquico



**Mota
Amaral
em Timor-
Leste com
Delegação
do
Parlamento**

Pag.21



**Euro-2004
Ministro
Adjunto
e Ministra
do Interior
britânica
assinam
Protocolo**

Pag.8

Edição n.º 1355 do "Povo Livre" | de 25 de fevereiro a 3 de março de 2004.

"Encontro Nacional Autárquico". O Encontro Nacional Autárquico organizado pela Comissão Política Distrital do PSD de Faro foi um acontecimento político de grande sucesso que assinalou os dois anos volvidos sobre a vitória do PSD nas autárquicas de 2001 e no qual estiveram presentes cerca de mil autarcas e militantes de todo o País.

SUSPENSÃO DE PUBLICAÇÃO DE CONVOCATÓRIAS

Face às recomendações das autoridades sanitárias relativamente à contenção da Covid-19, a Comissão Política Nacional tomou a decisão de recomendar a todas as estruturas do PSD que não realizem reuniões ou assembleias até nova orientação, culminando em duas deliberações, com caráter obrigatório, do Conselho de Jurisdição Nacional. Fica, por isso, suspensa a publicação de todas as convocatórias de reuniões e atos eleitorais no “Povo Livre” até data oportuna.